

REFLEXÃO A RESPEITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Thais Correia Monteiro¹
Antônia Ellen Jardani De Souza Medeiros²
Lara Da Silva Sales³
Paula Marciana Pinheiro De Oliveira⁴
Monaliza Ribeiro Mariano Grimaldi⁵

RESUMO

Introdução: Segundo a Organização Mundial da Saúde, estima-se que mais de um bilhão de pessoas no mundo apresentam algum tipo de deficiência, o que representa 15% da população mundial. Na África, existem 84 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência e há um novo protocolo em processo de ratificação. Objetivo: Analisar teoricamente e refletir sobre as políticas públicas para as pessoas com deficiência no cenário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Metodologia: Trata-se de um estudo teórico-reflexivo realizado no mês de setembro de 2024, em um município no interior do Ceará. Durante a elaboração da abordagem conceitual, recorremos a dados secundários de artigos, decretos, livros, manuais e estatutos pertinentes. Resultados: As políticas públicas direcionadas à saúde das pessoas com deficiência geram impactos significativos, tanto favoráveis quanto desfavoráveis. Os pontos positivos incluem o acesso a serviços de saúde e a implementação de programas de reabilitação, em contrapartida, os aspectos negativos envolvem a carência de formação profissional adequada, a presença de barreiras estruturais e a discriminação. Além disso, as políticas públicas de saúde no Brasil, por exemplo, enfrentam diversas dificuldades, como a carência de profissionais qualificados, a insuficiência de recursos e a ineficiência na gestão e no modelo de atenção à saúde, mesmo após a institucionalização das políticas e a descentralização do cuidado. Nos demais países de língua portuguesa, exceto Portugal, as políticas públicas de saúde voltadas para pessoas com deficiência ainda estão em estágios iniciais, resultando em situações de extrema vulnerabilidade e na falta de direitos assistenciais estabelecidos. Ademais, em alguns países africanos, essas pessoas são frequentemente marginalizadas e esquecidas dentro da população. Conclusões: Considerando o que foi apresentado, ao analisar as políticas públicas para pessoas com deficiência nos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, fica claro que esses países enfrentam desafios consideráveis e progridem lentamente na implementação de medidas voltadas para essa população. Referências: BRASIL. Ministério da saúde. Saúde da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-pessoa-com-deficiencia>. Acesso em: 13. out. 2024. GUEDES, D. M.; BARBOSA, L. M. M. A CPLP frente aos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência: análise comparativa entre Brasil e Portugal. População e Sociedade, v. 34, p. 107-120, 2020. Disponível em: https://www.cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/edicoes/populacao-e-sociedade-n-o-34/a-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa-frente-aos-direitos-humanos-das-pessoas-com-deficiencia-analise-comparativa-entre-brasil-e-portugal/pdf-a-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa-frente-aos-direitos-humanos-das-pessoas-com-deficiencia-analise-comparativa-entre-brasil-e-portugal/@@display-file/file/Revista%2034_Artigo%208.pdf. Acesso em: 13. out. 2024.

Palavras-chave: Pessoas com Deficiência; Políticas Públicas de Saúde; Saúde das Comunidades.

UNILAB, ICS, Discente, thaiscorreiaunilab@gmail.com¹
UNILAB, ICS, Discente, jardanimedeiros@gmail.com²
UNILAB, ICS, Discente, enflarassales@hotmail.com³
UNILAB, ICS, Docente, paulapinheiro@unilab.edu.br⁴
UNILAB, ICS, Docente, monalizamariano@unilab.edu.br⁵